**PROJETO BÁSICO - PB**

(Art. 6 da Lei Federal nº. 14.133/2021)

**IDENTIFICAÇÃO DO ÓRGÃO/ENTIDADE SOLICITANTE:**

|  |  |
| --- | --- |
| **Unidade** **Requisitante**: Secretaria Municipal de Urbanismo, Obras e Serviços Públicos de Itaperuna/RJ | |
| **Responsável pela Demanda**: Monica Alceno Pereira | Secretaria Municipal de Urbanismo, Obras e Serviços Públicos de Itaperuna/RJ |

**OBJETO:**

**COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS (DOMICILIARES, INERTES E RCC), LIMPEZA (VARRIÇÃO) E DESOBSTRUÇÃO (RASPAGEM) E ROÇADA DE SARJETA DE VIAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE ITAPERUNA/RJ**

**CLASSIFICAÇÃO DOS BENS/SERVIÇOS:**

(**X**) Comum.

( ) Especial.

Justificativa: Os serviços a serem prestados enquadram-se na classificação acima especificada, conforme definições constantes na Lei Federal nº. 14.133/2021.

**QUANTO AO OBJETO:**

( ) Serviço não continuado.

(X) Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra.

( ) Serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra.

( ) Material de Consumo.

( ) Material Permanente/Equipamento.

1. **INTRODUÇÃO**

O presente **PROJETO BÁSICO** objetiva a **DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS**, bem como explicitar os termos para referência da **CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL**, **PLANILHA ORÇAMENTÁRIA**, **MEMÓRIA DE CÁLCULO** dos quantitativos, **COMPOSIÇÃO DE CUSTOS**, **CRONOGRAMA** de execução, **MAPAS**, **ROTAS**, **FREQUÊNCIAS** de atendimento e **MEMORIAL DESCRITIVO**, estabelecendo os critérios para a contratação dos serviços de **COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS (DOMICILIARES, INERTES E RCC), LIMPEZA (VARRIÇÃO) E DESOBSTRUÇÃO (RASPAGEM) DE SARJETA DE VIAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE ITAPERUNA/RJ**.

Os **SERVIÇOS SERÃO EXECUTADOS CONFORME ESTABELECIDO** pela Prefeitura Municipal de Itaperuna/RJ, por meio da Secretaria Municipal de Urbanismo, Obras e Serviços Públicos.

**NENHUMA MODIFICAÇÃO PODERÁ SER INTRODUZIDA** nas especificações técnicas sem o consentimento prévio por escrito do Contratante.

Utilizou-se a **TABELA REFERENCIAL SINAPI**, com data base, **FEVEREIRO de 2025**, concernente ao estado do Rio de Janeiro, em seu regime Não Desonerado / Onerado e **TABELA REFERENCIAL EMBASA** para os itens que não estão incluídos no rol de atividades SINAPI.

1. **NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

Tem-se como justificativa para a contratação de empresa para execução dos serviços **COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS (DOMICILIARES, INERTES E RCC), LIMPEZA (VARRIÇÃO) E DESOBSTRUÇÃO (RASPAGEM) E ROÇADA DE SARJETA DE VIAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE ITAPERUNA/RJ:**

**EFICIÊNCIA OPERACIONAL**: Empresas especializadas possuem experiência e equipamentos adequados para realizar a coleta e o transporte de resíduos de maneira mais eficiente e rápida, minimizando interrupções e garantindo a limpeza das áreas públicas;

É importante salientar, que a Secretaria Municipal de Urbanismo, Obras e Serviços Públicos de Itaperuna/RJ **NÃO DISPÕE DE RECURSO HUMANO, VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS SUFICIENTES NO QUADRO FUNCIONAL** para realização do objeto;

**ECONOMIA DE RECURSOS**: A alocação variável de funcionários e de veículos, que alteram seu quantitativo em função de fatores externos, como geração per capita, época do ano, clima, frequência de varrição, adequação de rotas, aprovação de novos loteamentos, redução de obrigação de coleta de imóveis comerciais de grande porte, dentre outros, torna a terceirização da coleta e do transporte de resíduos mais econômica ao município do que manter equipe interna contínua dedicada a esta função. Isto implica em economias em salários, benefícios, treinamento e manutenção de equipamentos;

**CUMPRIMENTO DAS NORMAS AMBIENTAIS**: Empresas especializadas estão regulares com as leis e normas ambientais e de saúde pública, garantindo que o manejo dos resíduos ocorra de maneira segura e de acordo com as diretrizes legais, em foco as exigências contidas na Lei Federal nº. 12.305 de 02 de agosto de 2010 que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), cujos objetivos são de permitir os avanços dos Municípios, Estados e País no enfrentamento dos problemas sociais, ambientais e econômico circunstanciados pelo manejo irregular destes resíduos;

**SUSTENTABILIDADE**: Empresas de coleta de resíduos também são responsáveis pela logística reversa, promovendo a reciclagem e destinação correta dos resíduos gerados por ela em detrimento da execução do serviço, promovendo práticas sustentáveis e reduzindo o impacto ambiental;

**FOCO EM SERVIÇOS PÚBLICOS PRIORITÁRIOS**: Ao terceirizar a coleta e transporte de resíduos, a prefeitura pode direcionar seus recursos e atenção para outras áreas prioritárias, como educação, saúde e infraestrutura;

**FLEXIBILIDADE E ESCALABILIDADE**: Empresas terceirizadas podem ajustar seus serviços de acordo com as necessidades sazonais ou eventos especiais, oferecendo maior flexibilidade e escalabilidade do que uma operação interna;

**ALÉM DESTES FATORES, SOMAM-SE AS NECESSIDADES A SEGUIR, QUE ONERAM A OPERAÇÃO CASO EXECUTADO PELO MUNICÍPIO:**

Os **VEÍCULOS** devem possuir **EQUIPAMENTOS DE GPS**, para que sejam monitorados as rotas e o devido deslocamento. Caso um veículo pertencente à municipalidade seja alocado em outra atividade, o GPS não possuirá utilização direta, tornando-se obsoleto;

Os **VEÍCULOS** deverão possuir os **EQUIPAMENTOS OBRIGATÓRIOS** previstos no CTB (Código de Trânsito Brasileiro), DEMUT devido à circulação em vias e estradas municipais, DER-RJ devido à circulação em estradas estaduais (como o acesso ao transbordo), DNIT devido à circulação em estradas federais (a cidade de Itaperuna/RJ é longitudinalmente cortada pela BR-356) e seguir as normas em vigor da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, estar com a documentação regular e vistoriada pelo DETRAN/RJ, bem como estarem regulares quanto ao licenciamento ambiental. Destaca-se a importância da efetividade do coletor de chorume;

Os condutores dos seus respectivos veículos deverão ser **MOTORISTAS DEVIDAMENTE HABILITADOS** e qualificados para exercer tal função.

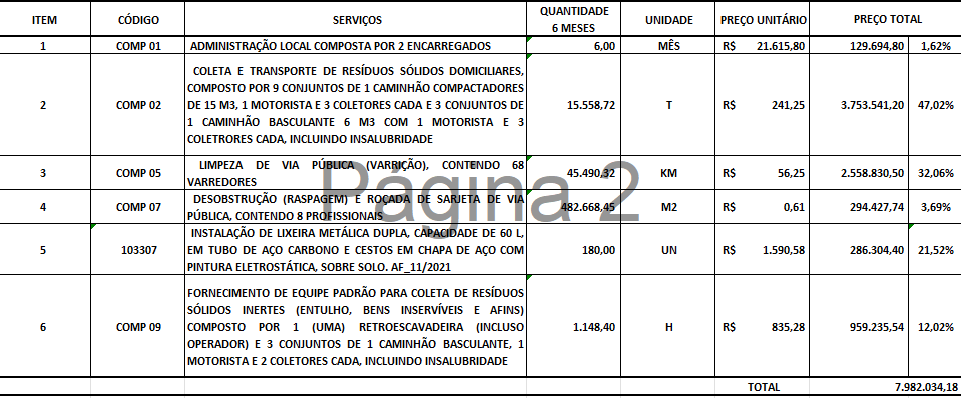
**CONFORME NOP-46 INEA** a atividade é passível de **LICENCIAMENTO AMBIENTAL**, devendo o executor do serviço de coleta e transporte de resíduos sólidos não perigosos deter Licença Ambiental de Operação para exercício da atividade.

Ademais, a atividade é enquadrada como **SERVIÇO DE ENGENHARIA**, devendo o executor possuir registro no CREA-RJ, bem como deter ART de profissional legalmente habilitado para exercer a responsabilidade técnica pelo objeto.

1. **SERVIÇOS, QUANTIDADES, VALE PLANILHA REFERENCIAL**

As especificações contidas neste **PROJETO BÁSICO** estabelecem as **CONDIÇÕES TÉCNICAS** de acordo com as quais deverão ser executados os serviços, levando em consideração suas aplicações nas ruas da área urbana da sede do município de Itaperuna e nos seus distritos, e que devem ser executadas rigorosamente de acordo com o presente **PROJETO BÁSICO**, bem como sua planilha orçamentária, memória de cálculo, composição analítica de preços, memorial descritivo, cronograma físico-financeiro, mapas e rotas.

As **QUANTIDADES** ora contratadas foram apuradas conforme memória de cálculo das planilhas em anexo, e estima-se que o valor da presente contratação para o período de **06 (SEIS) MESES**, montará à quantia de **R$** **7.982.034,18** (sete milhões, novecentos e oitenta e dois mil, trinta e quatro reais, dezoito centavos)*.*



A presente contratação está prevista no Plano Anual de Contratações de 2025.

1. **DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES**

**LOCAL E FREQUÊNCIA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

Os serviços contratados serão executados em toda a área urbana do Município de Itaperuna e Distritos, excetuando-se a zona rural, conforme frequência discriminada na planilha Relação de Ruas.

**COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS, INERTES E RCC**

A prestação do serviço de **COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES** consiste na retirada dos de resíduos domésticos, comerciais e públicos, incluindo galhada, entulho e afins, previamente embalados pelos geradores e dos resíduos oriundos da varrição e capina, e pela compactação e transporte destes resíduos até a destinação indicada pelo munícipio, atualmente a estação de transbordo que destina para aterro sanitário.

Destaca-se que a transferência dos resíduos para caminhões caçambas *roll-on roll off* de grande porte é imprescindível para a manutenção da efetividade das rotas e diminuição da quantidade de veículos operando na coleta, trazendo economicidade ao presente contrato, uma vez que o aterro sanitário mais próximo na região norte nordeste fluminense está localizado em Campos dos Goytacazes, a cerca de 120 km do município de Itaperuna.

Desta forma, está vetado o transporte direto até o aterro sanitário, salvo situação excepcional, devidamente requerida pelo município. O impedimento de transporte direto está motivado pelo potencial o acúmulo de veículos lentos em rodovias, podendo causar acidentes e congestionamentos, além de expor à constante insalubridade os munícipes do município e das localidades situadas entre Itaperuna e o aterro sanitário. Catalisa-se a intenção da redução da dispersão de odores, poluição do ar e depreciação dos veículos, além da iminente realização de horas extras que seriam inevitavelmente praticadas e ociosidade dos coletores enquanto os veículos estivessem em trânsito.

A estação de transbordo bem como o transporte até a destinação final (aterro sanitário), incluindo o pagamento do aterro sanitário não está constante deste objeto, não sendo de responsabilidade da empresa ora contratada.

Destaca-se que os resíduos oriundos dos **GRANDES GERADORES (GERAÇÃO ACIMA DE 200 LITROS POR IMÓVEL POR DIA), SÃO DE RESPONSABILIDADE DO PRÓPRIO GERADOR**, conforme política nacional de resíduos sólidos, não cabendo à administração pública o ônus de recolhimento dos resíduos resultantes de sua operação. Como exemplo, incluem-se nesta classificação os entulhos gerados pelos os imóveis em construção e/ou reformas, as grandes instituições de ensino, como universidades, resíduos de caixas, plásticos, embalagens e mercadorias para descartes de supermercados e afins.

A administração pública está responsável pela coleta dos resíduos oriundos da manutenção, conservação e habitação dos imóveis urbanos devidamente inscritos no cadastro municipal, detentores do direito de usufruir dos serviços de limpeza urbana, objeto deste contrato.

Considerando que a demanda necessária ao município, o IBGE nos disponibiliza em seu site (acesso gratuito) apenas a população total de Itaperuna/RJ em 2020, possuindo 103.800 habitantes.

Os resíduos provenientes da coleta de resíduos sólidos urbanos serão depositados no local previamente identificado pela PMI, dentro do perímetro urbano da sede e distritos, sendo no momento o transbordo da empresa Versa, situado na estrada Itaperuna-Bom Jesus nas coordenadas -21.235247665975546, -41.749580252170155.

Adotando a metodologia da ABRELPE para o cálculo de resíduos sólidos urbanos para o município de Itaperuna/RJ, cada habitante, diariamente gera 0,8213224 kg / habitante / dia.

A planilha Relação de Ruas elenca todas as vias em área urbana do município, considerando a sede e os distritos, subdividida em setores, e classifica estas vias de acordo com a frequência do atendimento dos serviços, que deverá ser obedecida pela empresa.

Para a coleta de resíduos sólidos haverá dois tipos de frequência de atendimento nas vias, sendo estas diárias, em geral utilizadas em vias centrais e vias arteriais, neste orçamento descrito como Tipo A, e a frequência alternada, geralmente categorizada por atendimento segunda, quarta e sexta ou terça, quinta e sábado, sempre excetuando-se os domingos, e neste orçamento descrita como Tipo B.

O tipo A possui atendimento 100% dos dias, logo, possuindo fator de atendimento 1,00. Já o tipo B, possui coleta três vezes por semana, ou seja, três dias sobre sete dias, resultando em um atendimento de 42,86 % dos dias da semana.

A coleta dos resíduos sólidos urbanos deverá ser executada inclusive nos feriados e dias santos e em qualquer condição climática e em nenhuma condição a mesma poderá possuir intervalos superiores à 48h para as vias Tipo A e à 72 horas entre coletas (três dias) para as vias tipo B, desde que devidamente justificada e autorizada pela fiscalização, nas situações excepcionalíssimas, tais como calamidade pública.

A fim de obter o comprimento médio que as vias são atendidas diariamente, aqui chamado de comprimento ponderado, proporcionalizou-se o comprimento de cada via pelo seu fator de atendimento. Note que o valor é inferior ao comprimento total de vias do município que serão atendidas pela coleta dos resíduos.

A distância média de transporte pode ser obtida por meio da média ponderada do comprimento de ruas de cada setor, pela distância de cada setor ao transbordo, que resultou em um DMT de aproximadamente 13,14 km. Logo, para ida e volta ao transbordo, necessários 26,28 km.

Considerando a velocidade média de transporte entre os setores e o transbordo adotada na memória de cálculo, aceita pela FUNASA, podemos calcular o tempo gasto para ida e volta. Tendo em vista o tempo necessário para o acesso ao transbordo, manobras e descargas estimado em 30 minutos, podemos obter o tempo total demandado para ida, descarga e volta ao transbordo.

Durante o trajeto entre o setor coletado e o transbordo municipal, o caminhão compactador deverá facilitar a ultrapassagem de outros veículos, devendo seus coletores estarem dentro da cabine do caminhão neste período. A distância percorrida foi aferida entre o centro de massa do setor de coleta até o transbordo municipal, inclusive distritos.

Considerando que o caminhão compactador a ser utilizado deverá possuir volume de 15m³, que o peso específico do resíduo sólido urbano como 0,22 t / m³, e que o caminhão compacta em três vezes o volume do resíduo, obtemos o peso específico compactado de 0,66 t/m³. Logo, podemos definir o peso máximo transportado por caminhão compactador como 9,9 t.

Conforme CLT, por semana o empregado deve cumprir regulares 44 horas. Nosso cálculo foi baseado no comprimento médio diário, desta forma, é necessário a obtenção da jornada de trabalho média diária, realizando a média ponderada em relação das porcentagens de ruas que serão atendidas. para ruas que serão atendidas todos os dias equivale a porcentagem de 27% e para ruas com dias alternados com equivalência de 6 dias trabalhados, apresenta a porcentagem de 73%, resultando em 7,05 horas trabalhadas por dia.

Adotando o conceito de transporte como o resultado da carga coletada pela distância percorrida por ela, conforme sugestão da FUNASA, obtemos o transporte de RSU gerado, que é necessário ser coletado, por meio do produto da quantidade gerada diariamente de 85,25 t pela jornada de trabalho média 7,05 h pela velocidade do caminhão durante a coleta, definida como 5 km/h.

Desta forma foi calculado 9 (nove) veículos compactadores de 15m³ e 3 (três) veículos basculantes, conforme planilha de dimensionamento de frota da FUNASA, para a coleta dos resíduos domiciliares; e 3 (três) veículos basculantes para a coleta dos resíduos inertes e RCC, acompanhados de 1 (uma) retroescavadeira (incluso operador).

As eventuais manutenções corretivas nos veículos não serão aceitas como justificativa para redução da quantidade mínima de veículos ou funcionários estipulada neste termo, uma vez que foi considerado nos cálculos a margem de 10% de majoração para estas eventuais reposições.

Cada veículo deverá contar, impreterivelmente, com 3 (três) coletores, devendo a empresa atender à frequência de atendimento as vias pré-determinada neste memorial.

Os veículos compactadores deverão ser estanques, de forma a evitar o vazamento de líquidos, e deverão ter compartimento para a guarda de ferramentas necessárias à complementação dos serviços e deverão contar com plano de manutenção preventiva, comprovada mensalmente, por meio de relatório circunstanciado da empresa ou oficina que realiza a manutenção, com apresentação nas notas fiscais de peças e serviços realizados.

Nestes veículos deverão ser instaladas luzes de advertência e sinalização sonora para marcha ré e lâmpadas elevadas indicadoras de freio, bem como deverão possuir identificação com o nome da CONTRATADA e o texto “A SERVIÇO DA PMI – COLETA DE RESÍUOS SÓLIDOS URBANOS”.

Em cada veículo coletor deverá ser disponibilizado ferramentas destinadas a auxiliar na atividade de coleta (vassouras e pá), que deverão ser lavados diariamente. Bem como, deverão dispor de sacos de lixo para eventuais reposições de sacos avariados, objetivando a redução do derramamento de resíduos pelas vias durante a coleta manual.

Está inclusa neste termo a coleta dos resíduos em embalagens tipo lata de lixo, sendo que estas deverão retornar ao passeio público no mesmo local de onde foram retiradas. Inclusive, deverão ser observados os resíduos soltos por rompimento de sacos por ação de animais ou catação, devendo para tal a guarnição possuir ferramentas adequadas de recolhimento, resíduos da feira livre, resíduos colocados em logradouros que não permitam a entrada de caminhões, sendo que para tal deverá ser utilizado o método manual, resíduos resultantes de eventos em ruas e locais públicos e resíduos gerados pela varrição e capina das vias.

Os coletores deverão recolher todo resíduo disponibilizado para a coleta independentemente do tipo de acondicionamento dele. Quando os resíduos forem disponibilizados em recipientes, os coletores deverão esvaziar os mesmos completamente, evitando danificá-los, e devolvê-los ao local onde originalmente foram disponibilizados.

Os coletores não estão autorizados a promover a triagem de resíduos durante a posterior comercialização, tendo em vista que tal prática retarda a execução plena dos serviços.

**TRANSPORTE DOS RESÍDUOS COLETADOS**

Para o serviço de transporte dos resíduos coletados pelos agentes de limpeza urbana, adotou-se o caminhão compactador de 15m³. Em comum acordo, e mediante aprovação expressa da pasta contratante, poderá, sem prejuízo ao erário, e sem motivação que enseje pedido de aditivo, 1 (um) caminhão compactador de 15m³ ser substituído por 2 (dois) caminhões compactadores de 12m³.

Para composição do serviço fora incluso o motorista do respectivo caminhão, considerando em sua composição alimentação, transporte, insalubridade de 20%, exames de contratação, periódicos e demissionais, seguro e todos os equipamentos de proteção individual e ferramentas necessárias para a plena prestação dos serviços, incluindo uniformes, vestimenta e curso de capacitação para manejo e tráfego deste tipo específico de veículo, incluindo direção defensiva.

Os condutores dos seus respectivos veículos deverão ser motoristas devidamente habilitados e qualificados para exercer tal função.

Na composição do transporte, o serviço contemplou o custo produtivo e improdutivo, compostos por depreciação do veículo, juros por investimento monetário, impostos e seguros necessários para sua operação, respectiva manutenção periódica, com eventual troca de peças e seus materiais necessários para operação, como combustível, graxa e pneus.

Para tal, obteve-se a cotação de 3 (três) preços do conjunto caminhão com compactador de resíduos sólidos montado, sendo este novo (zero km), possuindo potência mínima de 180 cv e PBT de 16 ton e capacidade mínima de lixo compactado 15 m³, com taxa de compactação 3:1, conforme quadro de cotação anexo.

Portanto, para o serviço de coleta de resíduos sólidos urbanos (lixo doméstico, resíduos de varrição, galhada, entulho e toda gama de resíduos Classe II. A sua composição contou com Coletor / Agente de limpeza e Transporte dos resíduos gerados.

Para a obtenção do coeficiente do Coletor / Agente de limpeza, mensurado em horas, é necessária a contabilização das horas trabalhadas em um dia por todos os coletores necessários por peso gerado. Logo, os coletores necessários trabalharão a 7,05 h por dia.

**COLETOR / AGENTE DE LIMPEZA URBANA**

Para a composição do Coletor de resíduos sólidos, também chamado de agente de limpeza urbana, fora considerado o salário base de servente acrescido de insalubridade de 40%, uma vez que trata-se de prestação de serviço que põe em risco a saúde do trabalhador, devido ao manejo de elementos infectados ou cortantes.

Consideramos também alimentação, transporte, exames de contratação, periódicos e demissionais, seguro e todos os equipamentos de proteção individual e ferramentas necessárias para a plena prestação dos serviços, incluindo uniformes e vestimenta.

Os funcionários da coleta regular de resíduos sólidos urbanos obrigatoriamente se apresentarão devidamente uniformizados, portando equipamentos de segurança e proteção individual, sendo estes Calça, Calçado de segurança, Camisa com Identificação da CONTRATADA, Boné, Luva de proteção, protetor solar, protetor auricular, óculos, Capa de chuva, Colete refletivo, máscara e álcool em gel, sendo que a capa de chuva será de uso facultativo, de acordo com as condições climáticas apresentadas.

A quantidade de uniforme a ser distribuída por funcionário, bem como a sua reposição será conforme necessidade, garantindo a boa apresentação e o asseio pessoal dos mesmos, não sendo permitida a permanência, na equipe de trabalho, de funcionários (coletores) com uniformes rasgados.

**VARRIÇÃO**

A prestação do serviço de varrição consiste da limpeza de logradouros públicos, retirando os resíduos localizados ao longo das calçadas e sarjetas, quer sejam os resíduos naturais, resíduos decorrentes do tráfego de veículos, ou resíduos decorrentes do comportamento dos habitantes, permitindo a livre circulação de pedestres, evitando entupimento do sistema coletor de águas pluviais, como bocas de lobo e caixas-ralos e contribuindo de forma significativa com a saúde pública, evitando a proliferação de doenças e vetores.

A planilha Relação de Ruas elenca todas as vias em área urbana do município, considerando a sede e os distritos, subdividida em setores, e classifica estas vias de acordo com a frequência do atendimento dos serviços, que deverá ser obedecida pela empresa.

Para a varrição, foi estipulado quantitativo mínimo para atendimento, onde haverão quatro tipos de frequência de atendimento nas vias, sendo estas diárias, em geral utilizadas em vias centrais e vias arteriais, neste orçamento descrito como Tipo A; a frequência alternada, geralmente categorizada por atendimento segunda, quarta e sexta ou terça, quinta e sábado, sempre excetuando-se os domingos, e neste orçamento descrita como Tipo B. As ruas poderão ser varridas apenas uma vez por semana, sendo classificadas como Tipo C e, por último, podendo não serem atendidas, classificadas como Tipo D.

Para tal, foi calculado o quantitativo de 68 (sessenta e oito) varredores.

O tipo A possui atendimento 100% dos dias, logo, possuindo fator de atendimento 1,00. Já o tipo B, possui coleta três vezes por semana, ou seja, três dias sobre sete dias, resultando em um atendimento de 42,86 % dos dias da semana. O tipo C, um dia sobre sete, resultando em 14,29 % e por último, o tipo D, com 0% de atendimento.

A fim de obter o comprimento médio que as vias são atendidas diariamente, aqui chamado de comprimento ponderado, proporcionalizou-se o comprimento de cada via pelo seu fator de atendimento, obtendo o comprimento ponderado total.

Este comprimento diário ponderado contempla eventuais situações de limpeza das vias e logradouros públicos quando da realização de eventos esportivos culturais e/ou artísticos e a feira livre que ocorre aos sábados, o imediatamente após o término dos mesmos de forma a restaurar suas condições de limpeza.

Considerando a sarjeta dos dois lados da via, incluindo trechos de canteiro central, obtemos um comprimento diário em km.

Segundo a FGV, por meio de documento técnico elaborado com o Sindicato Estadual de Limpeza Urbana (SELUR), sugere a adoção da produtividade de 2000 metros de varrição por jornada de trabalho, resultando em 318 m por hora trabalhada ou, invertendo a relação, 3,14 horas por quilometro varrido, porém, por dados históricos municipais, ratificados pelo processo TCE-RJ n°. 217.358-3/19, foi aferida a produtividade de 600 metros de varrição por hora trabalhada, sendo essa produtividade adotada.

Dividindo o comprimento total de varrição diária pela produtividade, obtemos a carga horária de trabalho necessária para realização do serviço.

Conforme CLT, por semana o empregado deve cumprir regulares 44 horas. Nosso cálculo foi baseado no comprimento médio diário, desta forma, é necessário a obtenção da jornada de trabalho média diária, realizando a divisão de 44 horas por sete dias, resultando em 6,286 horas trabalhadas por dia.

Está prevista a instalação de LIXEIRA METÁLICA DUPLA, CAPACIDADE DE 60 L, EM TUBO DE AÇO CARBONO E CESTOS EM CHAPA DE AÇO COM PINTURA ELETROSTÁTICA, SOBRE SOLO conforme quantidades efetivamente requeridas e apuradas no período.

**GARI / VARREDOR**

Para a composição do Gari, também chamado de varredor, fora considerado o salário base de servente.

Consideramos também alimentação, transporte, exames de contratação, periódicos e demissionais, seguro e todos os equipamentos de proteção individual e ferramentas necessárias para a plena prestação dos serviços, incluindo uniformes e vestimenta.

Os funcionários da varrição obrigatoriamente se apresentarão devidamente uniformizados, portando equipamentos de segurança e proteção individual, sendo estes Calça, Calçado de segurança, Camisa com Identificação da CONTRATADA, Boné, Luva de proteção, protetor solar, protetor auricular, óculos, Capa de chuva e Colete refletivo, sendo que a capa de chuva será de uso facultativo, de acordo com as condições climáticas apresentadas.

A quantidade de uniforme a ser distribuída por funcionário, bem como a sua reposição será conforme necessidade, garantindo a boa apresentação e o asseio pessoal dos mesmos, não sendo permitida a permanência, na equipe de trabalho, de funcionários (coletores) com uniformes rasgados.

Considerando os critérios acima elencados, adotou-se o item SINAPI 88316 referente ao Servente com Encargos Complementares para referência dos parâmetros e coeficientes, desta forma resultando seu custo por hora.

Os varredores trabalharão com carros de coleta (tipo lutocar), com rodízios e tampa e capacidade mínima de 100 litros, munidos de sacos de lixo, ambos já previstos em sua composição, como ferramentas necessárias para a plena execução dos serviços.

**DESOBSTRUÇÃO E RASPAGEM DE VIAS PÚBLICAS**

A prestação do serviço de capina consiste da retirada de vegetação e galhada ao longo sarjetas dos logradouros públicos, permitindo a livre circulação de água, evitando entupimento do sistema coletor de águas pluviais, como bocas de lobo e caixas-ralos e contribuindo de forma significativa com a saúde pública, evitando a proliferação de doenças e vetores, bem como fomenta o apreço e cuidado com a via, gerando o senso do cuidado com o bem comum.

A planilha Relação de Ruas elenca todas as vias em área urbana do município, considerando a sede e os distritos, subdividida em setores, e classifica estas vias de acordo com a frequência do atendimento dos serviços, que deverá ser obedecida pela empresa.

Para a capina haverá dois tipos de frequência de atendimento nas vias, sendo estas a cada 120 dias, ou seja, três vezes por ano, classificadas como Tipo A, realizadas nas vias que possuem varrição três vezes por semana (tipo B) e varrição apenas uma vez por semana (tipo C). Excetuou-se as vias que apresentam varrição diária (tipo A), por entendermos que a frequência de varrição, catalisada pelo alto tráfego de veículos e pessoas, característicos dessas vias, impedem o nascimento de vegetação costeira. A outra classificação de capina é quando não houver a prestação do serviço, classificada como tipo B.

A fim de obter o comprimento médio que as vias são atendidas diariamente, aqui chamado de comprimento ponderado, proporcionalizou-se o comprimento de cada via pelo seu fator de atendimento, no caso 3 para as vias a serem capinadas, obtendo o comprimento ponderado total por ano, em metros.

Considerando a largura de capina de 40 cm e a sarjeta dos dois lados da via, nos resulta numa largura total de 80 cm, logo, obtemos uma área anual de capina.

Conforme CLT, por semana o empregado deve cumprir regulares 44 horas. Nosso cálculo foi baseado no comprimento médio diário, desta forma, é necessário a obtenção da jornada de trabalho média diária, realizando a divisão de 44 horas por sete dias, resultando em 6,286 horas trabalhadas por dia.

Segundo estudo realizado pela UFJF, onde este sugere a adoção da produtividade de 350 metros quadrados de rastelagem por jornada de trabalho, conseguimos concluir que a produtividade horária.

Considerando a jornada de trabalho de 6,286 horas por dia e que o ano médio possui 365 dias, obtemos a quantidade necessária de garis trabalhando diariamente para atendimento à demanda.

Dividindo a produtividade em m² pela largura a ser capinada, de 80 cm, podemos obter a produtividade em m/h, ou invertendo a fração, em h/km.

**COLETA DE RESÍDUOS INERTES**

A prestação do serviço de coleta de resíduos inertes consiste na retirada/remoção de **ENTULHO, GALHADA, RESÍDUOS DE VEGETAÇÃO, PODA, ELEMENTOS ARBÓREAS, BENS INSERVÍVEIS E AFINS**.

A empresa contratada deverá disponibilizar canal de atendimento à população, preferencialmente por aplicativo Whatsapp, objetivando a solicitação direta deste serviço pela comunidade.

**CAPINADOR**

Para a composição do capinador fora considerado o salário base de servente. Consideramos também alimentação, transporte, exames de contratação, periódicos e demissionais, seguro e todos os equipamentos de proteção individual e ferramentas necessárias para a plena prestação dos serviços, incluindo uniformes e vestimenta.

Os funcionários da capina obrigatoriamente se apresentarão devidamente uniformizados, portando equipamentos de segurança e proteção individual, sendo estes Calça, Calçado de segurança, Camisa com Identificação da CONTRATADA, Boné, Luva de proteção, protetor solar, protetor auricular, óculos, Capa de chuva e Colete refletivo, sendo que a capa de chuva será de uso facultativo, de acordo com as condições climáticas apresentadas.

A quantidade de uniforme a ser distribuída por funcionário, bem como a sua reposição será conforme necessidade, garantindo a boa apresentação e o asseio pessoal dos mesmos, não sendo permitida a permanência, na equipe de trabalho, de funcionários (coletores) com uniformes rasgados.

Considerando os critérios acima elencados, adotou-se o item SINAPI 88316 referente ao Servente com Encargos Complementares para referência dos parâmetros e coeficientes.

Desta forma, o serviço de Varrição foi composto por Gari / Varredor com coeficiente em horas por comprimento de varrição, em km, e majorada pelo BDI.

**ADMINISTRAÇÃO LOCAL**

Para coordenar os serviços de coleta de resíduos sólidos, varrição e capina será necessário a presença constante de um encarregado, que deverá estar apto a receber e prestar esclarecimentos à fiscalização. Para tal, foi incluída na planilha orçamentária, classificada como Administração Local, a prestação de serviço de Encarregado Geral.

Devido à necessidade de prestação de serviço diário e a condição de 44 horas semanais com descanso semanal remunerado, será necessária a formalização de escala para proporcionar a presença contínua do encarregado durante as atividades. Para tal, foi alocado 2 (dois) profissionais de cada, que trabalharão de modo alternado e concomitante, suprindo eventuais lacunas como sábados, domingos e feriados.

Consideramos para ambos, encarregados e apontadores, a alimentação, transporte, exames de contratação, periódicos e demissionais, seguro e todos os equipamentos de proteção individual e ferramentas necessárias para a plena prestação dos serviços, incluindo uniformes e vestimenta.

Considerando o custo para o encarregado e para o apontador, obtemos o custo mensal da Administração Local, que majorado pelo BDI.

**BENEFÍCIOS E DESPESAS INDIRETAS (BDI)**

O cálculo do BDI se deu por meio da equação normatizada, apresentada em sua memória, estabelecendo o percentual de 22,28%, a ser acrescido nos custos apurados.

Este cálculo contemplou os custos com a Administração Central, categorizada pelos custos fixos com a manutenção do escritório, eventuais despesas com seguros e garantias com a obra, e eventual risco financeiro atrelado ao investimento monetário demandado.

Os custos com engenheiro e engenheiro de segurança estão inclusos no custo operacional da Administração Central, uma vez que compõe o corpo técnico da empresa, e prestam atendimento nos mais diversos serviços em que a empresa atua, não demandando dedicação exclusiva nem permanência constante junto ao serviço de coleta, varrição ou raspagem.

Deverão ser fornecidos no prazo máximo de 30 dias, estando condicionado à apresentação da primeira medição, os documentos de segurança do trabalho pertinentes a execução do serviço, respeitando-se todas as normativas elegíveis.

Deverão ser apresentadas as certidões ambientais e de instalação cabíveis em todas as medições, ficando facultado a administração pública a respectiva glosa pela não apresentação.

Deverá possuir CIPA ativa, com realização de SIPAT, obedecendo as normativas vigentes de SESMT.

Desta forma, a empresa fica responsável por todo treinamento e monitoramento do atendimento às normas de segurança presentes na ABNT para prestação dos respectivos serviços.

Contemplou-se também no cálculo do BDI as despesas financeiras atreladas a eventuais licenças e permissões necessárias e obrigatórias para a execução dos serviços alvos deste memorial, portanto ficando a cargo da contratada a obtenção destas licenças e permissões.

Também foi considerado os impostos consequentes da emissão de Nota Fiscal de prestação de serviços, como ISS (5,00%), COFINS (3,00%) e PIS (0,65%), portanto, estando a empresa obrigada a emiti-la para propiciar o pagamento pelos serviços prestados. E por último, foi considerada um lucro presumido, com base no Acórdão 2622, para serviços que não se enquadram em construção.

**OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

Os serviços deverão ser executados conforme cronograma fornecido pela PMI, respeitando a frequência mínima de coleta, varrição e capina atribuídos à cada via.

Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, as obrigações decorrentes do contrato.

Efetuar o ressarcimento de quaisquer danos pessoais ou materiais ocasionados por seus funcionários em serviço, causados a terceiros ou ao patrimônio público, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados da notificação ou comunicado efetuados pela fiscalização da PMI.

As faturas ou notas fiscais somente serão pagas se nelas estiver discriminado, detalhadamente, os serviços prestados, confirmado pela fiscalização da PMI.

Sanar, no prazo máximo de 03 (três) horas, contadas da notificação ou comunicação, quaisquer irregularidades ou defeitos verificados pela fiscalização da PMI.

Executar os serviços de forma silenciosa, ordeira e com urbanidade para com a população.

Substituir qualquer componente da equipe que, a critério da CONTRATANTE, apresente comportamento inadequado ao trabalho executado junto à população, ainda que não possa ser demitido.

Não permitir que seus funcionários solicitem gratificações ou contribuições materiais de qualquer espécie, da população beneficiada pelo serviço, mesmo quando da ocorrência de datas festivas.

Cumprir todas as disposições legais pertinentes à segurança do trabalho as quais estão sujeitos contratos de trabalho regidos pela CLT, independente do seu quadro de pessoal enquadrar-se nesta situação.

Promover a vacinação de todos os funcionários contra gripe, hepatite B e tétano, devido à exposição, durante o processo de trabalho, a intempéries.

Desenvolver programa de treinamento contínuo para prevenção de acidentes, com a realização de treinamento admissional.

Fornecer à Contratante, cópia dos Certificados de Registro e Licenciamento dos veículos utilizados nos serviços prestados.

Obedecer a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) e a Convenção Coletiva para Serviços de Limpeza Urbana, observando os pisos salariais e os encargos referentes à cada tipo de mão de obra por ela empregada.

Apresentar mapa ilustrativo indicando os roteiros de cada veículo, acompanhado de memorial descritivo relacionando as vias atendidas por cada veículo, no prazo máximo de 7 (sete) dias objetivando a publicação e conscientização dos munícipes, evitando, assim, aglomeração de resíduos em vias públicas em período de não atendimento.

O mapa ilustrativo deverá indicar a localização e horário de início e término de cada roteiro.

Deverá ser produzido mapa ilustrativo definitivo e enviado à fiscalização no prazo máximo de 40 (quarenta) dias. Sempre que houver alteração de algum roteiro deverá ser comunicado previamente à fiscalização, afim de obter sua anuência.

**DIREITOS DA CONTRATANTE**

A PMI exercerá a fiscalização da qualidade dos serviços executados bem como verificará o apontamento diário dos empregados a disposição.

As equipes de trabalho, veículos ou ferramentas poderão ser substituídos a qualquer momento por determinação da fiscalização, quando não houver plena satisfação dos serviços prestados.

Os serviços prestados em horários noturnos, fins de semana ou feriados não implicam em majoração do preço a ser pago à CONTRATADA.

Para o exercício das atividades de fiscalização serão designados fiscais que terão poderes para exigir da CONTRATADA o perfeito atendimento ao serviço contratado, mediante a planilha orçamentária, memória de cálculo, cronograma físico-financeiro, memorial descritivo e as cláusulas contratuais.

A CONTRATADA operará como empregador autônomo responsável pelos encargos trabalhistas previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato, e, consequentemente, seus empregados não terão qualquer vínculo empregatício com a Contratante.

**PERMISSÕES E LICENÇAS**

A CONTRATADA deverá providenciar todas as licenças e permissões exigidas por imposição de leis, que sejam necessárias, devendo estimar essas despesas e incluí-los nos preços que oferecer em sua Proposta Comercial.

**SEGUROS**

A CONTRATADA deverá providenciar às suas expensas, os seguros legalmente exigíveis e ainda aqueles que entenderem como necessários para protegê-la de eventuais danos no decorrer da execução contratual.

**TRANSPORTE, ALIMENTAÇÃO, HOSPEDAGEM E GUARDA DOS MATERIAIS**

A CONTRATADA arcará com os dispêndios e será responsável pelo transporte horizontal e vertical necessário a execução dos serviços, bem como, de toda equipe, veículos, ferramentas e máquinas necessárias à sua plena execução.

A CONTRATADA será responsável pelas despesas de alimentação e hospedagem para os seus funcionários.

Também será responsabilidade da CONTRATADA a guarda dos equipamentos e materiais que se fizerem necessários a serem instalados ou utilizados na execução dos serviços.

**DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**

A documentação relativa à **capacidade jurídica** consistirá em:

1 - Cédula de identidade, no caso de licitante pessoa física, acompanhado do número do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou documento que comprove tal condição, ou;

2 - Registro comercial, no caso de empresa individual, ou;

3 - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e suas alterações, ou de forma consolidada, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou;

5 - Inscrição do ato constitutivo no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de registro de ata de eleição da diretoria em exercício, ou;

6 - Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

7 - No caso de participação de profissionais organizados em cooperativa, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

1. Ata de fundação, com o uso obrigatório da expressão “Cooperativa de Trabalho” na denominação social da cooperativa;
2. Estatuto (com ata da assembleia de aprovação);
3. Regimento interno (com ata da aprovação);
4. Regimento dos fundos (com ata de aprovação);
5. Edital de convocação de assembleia geral e ata em que foram eleitos os dirigentes e conselheiros;
6. Registro da presença dos cooperados em assembleias gerais;
7. Ata da sessão em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto deste certame, se vencedora;
8. Relação dos cooperados que executarão o objeto, acompanhada dos documentos comprobatórios da data de ingresso de cada qual na cooperativa;
9. Ata da sessão em que os cooperados elegeram comissão ou cooperado para realizar a coordenação da prestação de serviços realizada fora do estabelecimento da cooperativa, com mandato nunca superior a 1 (um) ano ou, no máximo, com prazo estipulado para a contratação, com a definição dos requisitos para a sua consecução, os valores contratados e a retribuição pecuniária de cada sócio partícipe.

7.1 - **Não** **será** **admitida** participação de cooperativas de trabalho:

a) Fornecedoras de mão de obra, ou que realizam intermediação de mão de obra subordinada, mas apenas as prestadoras de serviços por intermédio dos próprios cooperados; ou

b) Cujos atos constitutivos não definam com precisão a natureza dos serviços que se propõem a prestar.

7.2 - A constituição ou utilização de Cooperativa de Trabalho para fraudar deliberadamente a legislação trabalhista, previdenciária e o disposto neste PB acarretará aos responsáveis as sanções cíveis e administrativas cabíveis.

A documentação relativa à **regularidade fiscal e trabalhista** consistirá em:

1 - Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

2 - Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

3 - Prova de regularidade com a Fazenda Federal, consistente na apresentação da certidão negativa de débitos ou certidão positiva com efeito de negativa relativa a tributos e contribuições federais, dívida ativa da União e regularidade com os encargos sociais instituídos por lei, na forma da legalidade especifica;

4 - Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, inclusive dívida ativa, relativo ao domicílio ou sede do licitante.

5 - A prova de regularidade com a Fazenda Municipal deverá constar regularidade com ISS.

6 - Prova de Regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, conforme art. 68, inc. IV da Lei 14.133/2021.

7 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas em nome do interessado com os mesmos efeitos da CNDT, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943 e de acordo com a Lei Federal nº. 12.440/2011.

8 - Será exigida do licitante declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inc. IV da Lei 14.133/2021.

A documentação relativa à **qualificação econômico-financeira** consistirá em:

1 - Balanço patrimonial, demonstrações de resultado do exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

2 - O Balanço a que se refere o subitem anterior deverá vir acompanhado de quadro demonstrativo assinado pelo representante legal da licitante e por contador registrado no Conselho Regional de Contabilidade, em que sejam nomeados os valores do ativo circulante (AC), do realizável a longo prazo (RLP), do passivo circulante (PC), do passivo não circulante (PNC) e do patrimônio líquido (PL), de modo a possibilitar a avaliação da situação financeira da proponente, calculada a partir da aplicação das seguintes fórmulas:

1. Índices de Liquidez Geral

**ILG = (AC+RLP) / (PC+PNC)**

1. Índices de Liquidez Corrente

**ILC = AC/PC**

1. Solvência Geral

**SG = AT / (PC + PNC)**

AC = Ativo Circulante

PC = Passivo Circulante

PNC = Passivo não Circulante

RLP = Realizável a Longo Prazo

AT = Ativo Total

2.1 - Serão inabilitadas as empresas cujos índices apurados não atenderem às seguintes condições:

**a) Índice de Liquidez Geral > = 1,00**

**b) Índice de Liquidez Corrente > = 1,00**

**c) Solvência Geral > = 1,00**

3 - Comprovação de possuir a empresa, o Capital Social Mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado e/ou ofertado da contratação, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta.

4 - Será exigido do consórcio licitante um acréscimo de 10% (dez por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para fins de habilitação econômico– financeira, conforme o § 1º do art. 15 da Lei Federal nº. 14.133/2021, vedado em casos em que o consórcio for formado integramente por microempresas ou empresas de pequeno porte.

5 - Certidão negativa de pedido de falência ou recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, referente à matriz e, quando for o caso, igualmente da filial licitante, em data não anterior a 90 (noventa) dias da abertura da sessão pública deste certame, se outro prazo não constar do documento.

A documentação relativa à **qualificação técnica** consistirá em:

1 - Certidão comprobatória de regularidade da Pessoa Jurídica, expedida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) da jurisdição da sede da proponente, que habilite a pessoa jurídica no ramo do objeto, com validade para o presente exercício. Caso o proponente seja de outro Estado da federação, será necessário o visto do CREA-RJ e/ou do CAU-RJ, quando da assinatura do contrato, conforme estabelecido pela Lei nº. 5.194/66 em especial no seu artigo 69, com validade para o presente serviço.

1.2 - Qualificação **técnico-operacional**:

1.2.1 - Certidões ou atestados, regularmente emitidos e registrados pelo conselho profissional competente, emitidos por entidades da Administração Pública ou pessoa jurídica de direito privado, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, limitada às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da contratação de acordo com os quantitativos mínimos estabelecidos no PB, regularmente emitidas pelo conselho profissional competente.

1.2.1.1 - O artigo 67 da Lei nº. 14.133/2021, em particular, dispõe sobre a exigência de atestados em licitações, estabelecendo critérios e limitações para sua utilização. A norma prevê que a exigência de atestados será restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, o que demonstra a preocupação do legislador em evitar exigências excessivas que possam restringir a competitividade.

1.2.1.2 - Segue abaixo relação dos atestados exigidos conforme critérios estabelecidos no art. 67 da Lei Federal nº. 14133/2021:

**a) Coleta e transporte de resíduos sólidos domiciliares.**

Trata-se de serviço relevante, que demanda especialização da contratada. Sua representação financeira dentro da planilha é de 47,02%. Capacidade Operacional exigida: 1.296,56 toneladas/mês. (50%)

**b) Limpeza de vias públicas (varrição manual).**

Trata-se de serviço relevante, que demanda especialização da contratada. Sua representação financeira dentro da planilha é de 32,06%. Capacidade Operacional exigida: 3.790,86 Km/mês. (50%).

**c) Coleta de resíduos sólidos inertes (entulhos e inservíveis).**

Trata-se de serviço relevante, que demanda especialização da contratada. Sua representação financeira dentro da planilha é de 12,02%. Capacidade Operacional exigida: 95,70 h/mês. (50%).

1.2.2 - Será apenas admitido, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante, por um prazo mínimo, de 02 (dois) anos, conforme art. 67 § 5° da Lei Federal nº. 14.133/2021.

1.2.3 - Definam-se por “forma concomitante” serviços executados de maneira simultânea; ao mesmo tempo; simultaneamente.

1.2.4 - Definam-se por “serviços similares” serviços executados de limpeza urbana com máquinas, veículos e equipamentos semelhantes ao solicitado neste PB.

1.2.5 - Não será admitida a apresentação de atestado de capacidade técnica emitido por empresa ou empresas do mesmo grupo econômico em favor da licitante participante, no caso desta também pertencer ao grupo econômico.

1.2.6 - Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do licitante.

1.2.7 - A empresa contratada disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

1.2.8 - Licença de Operação expedida por Órgão Ambiental competente que autorize a empresa a executar as atividades de coleta e transporte de resíduos sólidos urbanos.

1.2.9 - Avaliação prévia dos locais de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, a empresa deverá atestar que conhece os locais e as condições de realização da obra ou serviço, nos moldes do Anexo I, conforme o caso, sob pena de inabilitação.

1.2.10 - Caso a empresa opte por não realizar a visita, deverá apresentar Declaração (Anexo II), informando que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à execução do objeto da licitação, assumindo total responsabilidade pela não realização da visita e que não utilizará desta prerrogativa para quaisquer questionamentos futuros, que ensejem avenças técnicas ou financeiras que venham a onerar o Município de Itaperuna.

1.2.11 - A falta de apresentação do atestado de visita técnica, solicitado no item 1.2.9, ou da declaração de conhecimento das áreas onde serão executados os serviços de engenharia, solicitada no item 1.2.10, será motivo de inabilitação da empresa.

1.2.12 - Certificado de Registro expedido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, nos termos do Artigo 17, inciso II, da Lei 6.938 de 31/08/1981, alterada pela Lei 7.804 de 18/07/1989, e Instrução Normativa IBAMA nº. 97, de 05/04/2006, a fim de comprovar que a licitante se encontra devidamente registrada no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras.

Qualificação **técnico-profissional**:

1 - Apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica devidamente registrado no conselho profissional competente, por execução serviço de características semelhantes, para fins de contratação; limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto desta contratação, constantes neste PB, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos e regularmente emitidas pelo conselho profissional competente.

2 - Será exigida da empresa vencedora, para a assinatura do contrato, comprovação de que o (s) profissional (is) mencionado (s) no item 1 possui vínculo com a licitante dar-se-á mediante a apresentação de Contrato Social, Carteira de Trabalho e Previdência Social, Ficha de Registro, contrato de prestação de serviços ou Termo de Compromisso assinado pelo profissional onde se compromete a compor o quadro da empresa.

3 - Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, por tradutor juramentado, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

4 - Os profissionais indicados pelo licitante deverão participar do serviço objeto da licitação, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada previamente pela Administração.

5 - O (s) atestado (s) ou certidão (ões) recebida (s) estão sujeitos à verificação da Comissão de Contratação quanto à veracidade dos respectivos conteúdos, inclusive para os efeitos previstos nos artigos 155, 169, 170 e 337-F da Lei nº. 14.133/2021.

6 - Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei Federal nº. 14.133/2021 em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

7 - Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;
2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8 - Na análise dos documentos de habilitação, a Comissão/Agente de Contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9 - Será(ão) inabilitada(s) a(s) empresa (s) que deixar(em) de apresentar qualquer documento relativo à habilitação ou apresentá-lo com prazo de validade vencido.

**CONDIÇÕES DOS EQUIPAMENTOS E CONDIÇÕES PARA O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES**

Todos os equipamentos e viaturas deverão ser apresentados sempre em perfeitas condições operacionais, serão previamente avaliados pela fiscalização e deverão ter no máximo 10 (dez) anos de uso durante a execução contratual.

Dispor de equipamentos nas quantidades e especificações determinadas pela CONTRATANTE, em boas condições de conservação e manutenção, devendo ser substituídos os equipamentos que apresentarem baixa produtividade na execução das tarefas no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas da solicitação efetuada.

Efetuar periodicamente a manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos, sob as suas expensas, substituição de peças desgastadas com uso normal e o saneamento de qualquer irregularidade no funcionamento dos mesmos.

Fica a cargo da CONTRATADA as despesas com os salários e encargos dos empregados incumbidos de operá-lo.

**LOCAL E HORÁRIO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

O objeto do presente Termo deverá ser executado nas ruas da sede do Município e dos Distritos. O serviço terá início após a entrega da Ordem de Serviços a ser emitido por esta Secretaria.

Os serviços deverão ser executados conforme cronograma e roteiro fornecidos pela Secretaria Municipal do Urbanismo, Obras e Serviços Públicos.

Os resíduos provenientes da coleta de resíduos sólidos urbanos serão depositados no local indicado pela PMI, considerando o perímetro urbano, atualmente o transbordo contratado.

**CRITÉRIOS DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E REGIME DE EXECUÇÃO**

Será contratada a empresa que ofertar o menor preço global.

O objeto do presente instrumento será executado de forma indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário.

**FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS**

A fiscalização dos serviços a serem executados será de competência e responsabilidade da Secretaria Municipal do Urbanismo, Obras e Serviços Públicos, a quem caberá verificar se, no seu desenvolvimento, estão sendo cumpridos os termos dos contratos, suas especificações e demais requisitos, bem como certificar as faturas, assim como participar de todos os atos que se fizerem necessários para a fiel execução dos serviços.

A fiscalização será exercida no interesse do Município, e não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive de terceiros, por quaisquer irregularidades.

O adjudicatário promoverá a remoção e/ou reparação imediata de todo e qualquer serviço, cujo emprego seja reprovado pela fiscalização.

**PRAZOS DA EXECUÇÃO CONTRATUAL**

O prazo de vigência do contrato será de 06 (seis) meses corridos, o início da contagem dos prazos deverá coincidir a data da autorização formal para o início dos serviços.

**OBRIGAÇÕES DA LICITANTE**

O licitante, antes da apresentação de sua Proposta Comercial deverá tomar conhecimento de todas as informações e das condições para o fiel cumprimento das obrigações que assumirá se contratado, pois não lhe será admitido alegar, posteriormente, o desconhecimento de informações para justificar atrasos ou inexecução de obrigações contratuais.

Possíveis indefinições, omissões, falhas ou incorreções dos documentos ora fornecidos deverão ser, antecipadamente, objeto de impugnação, e não poderão constituir pretexto para a CONTRATADA pretender cobrar “serviços extras” e/ou alterar a composição de preços unitários. Considerar-se-á a CONTRATADA como especializada nos serviços em questão e que, por conseguinte, deverá ter computado, no valor global da sua proposta, também, as complementações e acessórios por acaso omitidos nos projetos, mas implícitos e necessários ao perfeito e completo funcionamento de todas as instalações.

**OBRIGAÇÕES DA LICITANTE VENCEDORA**

Além das obrigações já definidas no PB, deverão ser impostas a empresa que vier a ser contratada, as obrigações de caráter geral, elencadas abaixo.

Cumprir com as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

Fornecer toda a tecnologia, mão-de-obra, ferramentas e equipamentos necessários à execução dos serviços previstos.

Atender as necessidades dos serviços normais, de acordo com a frequência de prestação de serviços em cada via, bem como às demandas dos serviços eventuais.

Cumprimento da jornada de trabalho de 44 horas semanais.

Certificar-se, respondendo pelos eventuais descumprimentos, de que todos os seus empregados fazem uso dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI), adequados à prevenção de acidentes, previstos em leis e regulamentos concernentes a segurança, higiene e medicina do trabalho. A fiscalização da CONTRATANTE poderá determinar a paralização dos serviços enquanto os empregados não portarem tais equipamentos, correndo os respectivos ônus por conta da CONTRATADA e mantendo-se inalterados os prazos de execução dos serviços.

Fornecer aos seus empregados uniformes adequados, exigindo e fiscalizando o seu uso, bem como a identidade funcional.

Prestar todo e qualquer esclarecimento ou informação solicitada pela Fiscalização da P.M.I.

Garantir acesso, a qualquer tempo, da fiscalização da PMI as dependências de seus prédios/escritórios.

Cientificar, imediatamente, à fiscalização da PMI de qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verificar na execução dos serviços.

Corrigir, prontamente, quaisquer erros ou imperfeiçoes dos trabalhos, atendendo assim, as reclamações, exigências ou observações feitas pela fiscalização da PMI.

Atender as medidas técnicas e administrativas determinadas pela fiscalização da PMI.

Programar e propor métodos de trabalhos e de utilização dos equipamentos a serem empregados na execução dos serviços, submetendo-os à apreciação da Fiscalização da Administração, atendendo imediatamente, à notificação escrita dessa para alterá-los, seja com o fim de ajustá-los as necessidades do serviço ou de suplementar mão-de- obra ou equipamentos deficientes ou insuficientes, sem prejuízo das penalidades que couberem pelo desatendimento.

Deverá executar os serviços nos prazos e condições estabelecidos neste instrumento e a cumprir todas as normas técnicas inerentes ao serviço contratado, além de responder por todos os atos praticados por seus funcionários.

Obrigada a utilizar na execução dos serviços profissionais idôneos e habilitados, de acordo com o gabarito técnico indispensável.

Responder por quaisquer acidentes que venham a ser vítimas seus empregados e/ou terceiros.

Manter reserva técnica de veículos para suprir os casos de emergência, conforme definido em Memorial Descritivo.

Sempre que solicitado pela administração, provar que está pagando os salários até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao vencido a seus empregados ou agregados, que anotou as carteiras de trabalho dos seus empregados ou formalizou contrato com seus agregados e encontra-se em dia com o recolhimento de tributos, contribuições e encargos, relativos à execução do contrato resultante desta licitação.

**OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

Fornecer todos os subsídios necessários ao desempenho da atividade da contratada, encaminhando os documentos pertinentes à adequada realização dos serviços correspondentes.

O Município se reserva o direito de solicitar os serviços ora contratado, na sua totalidade ou parcialmente, de acordo com a sua necessidade e conveniência.

Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do contrato, sob os aspectos quantitativos e qualificativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada.

Cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares do serviço e as cláusulas contratuais deste instrumento, nos termos da Lei Federal nº. 14.133/2021.

Para asseguras o cumprimento das obrigações trabalhistas pelo contratado, a Administração poderá exigir da contratada as medidas previstas no Art. 121, § 3º da Lei 14.133/2021.

Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas nas cláusulas do futuro contrato.

Reservar-se ao direito de, a seu critério, e sob a luz das diretrizes do Código Nacional de Trânsito Brasileiro e Legislação Municipal pertinente, recusar os veículos que vierem a ser declarados inadequados para o perfeito desempenho das atribuições do objeto do contrato, obrigando-se a Contratada a substituí-lo imediatamente, sob pena de responsabilidade.

**RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS**

O objeto contrato será recebido por esta Secretaria quando sua execução estiver de acordo com as condições contratuais e demais documentos que fizerem parte do ajuste.

A Fiscalização, ao considerar o objeto do contrato concluído, emitirá o Termo de Recebimento Definitivo.

**CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

O pagamento do valor devido será efetuado pela CONTRATANTE, após a execução do objeto da licitação, até o 30º (trigésimo) dia, a partir da data da apresentação da planilha de serviços, uma vez obedecidas às formalidades contratuais e legais previstas.

Apresentação da Nota Fiscal, devidamente discriminada e atestada por 02 (dois) servidores do Município, que não o Ordenador de Despesa, e sendo um deles necessariamente o responsável pelo órgão requisitante dos serviços, a qual será processada e paga na forma da legislação em vigor.

O pagamento da nota fiscal será processado e efetuado a Adjudicatária em até 30 (trinta) dias, contados da data final do período de implemento da parcela, conforme dispõe a Lei 14.133/2021.

O pagamento da obrigação, não sendo efetuado no prazo previsto no item anterior e, desde que o atraso decorra de culpa da PMI, o valor devido será acrescido de 0,1% (um decimo por cento) a título de multa, além de 0,033% (trinta e três milésimos por cento), por dia de atraso, a título de compensação financeira, a serem calculados sobre o valor da nota devida.

Na ocorrência de eventuais antecipações de pagamento, sempre em correspondência à antecipação de execução, o respectivo desconto, seja a requerimento do contratado ou de interesse da Administração, será calculada aplicando-se o índice de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de antecipação. Aplicar-se-á, como desconto, a compensação financeira acima referida, atendendo-se deste modo, o que dispõe a lei 14.133/2021.

**CONSIDERAÇÕES GERAIS**

Os veículos deverão estar em perfeito estado de conservação; valendo ressaltar que estes poderão ser vistoriados pelo Depto Municipal de Trânsito (DEMUT).

O licitante vencedor apresentará os veículos no local e data designados pela Secretaria Municipal de Obras para procederem à vistoria dos mesmos. Acompanhados da documentação do veículo (CRLV, exercício 2025, ou caso o IPVA não tenha vencido, exercício 2024), do condutor (CNH Categoria “D”), comprovação da quitação dos seguros obrigatórios, e demais documentos julgados necessários para a verificação de atendimento às exigências do Código de Trânsito Brasileiro.

A participação na licitação implica no conhecimento das condições locais e da natureza do terreno em que serão executados os serviços relativos.

A Administração poderá elaborar pesquisa de opinião entre a população atendida pelos serviços, para apurar a satisfação dos mesmos quanto a qualidade dos serviços prestados pela empresa prestadora. Caso seja mal avaliado, segundo as exigências do Município, poderá ter o contrato rescindido, sem direito a qualquer indenização, observados o contraditório e ampla defesa.

Itaperuna/RJ, 25 de abril de 2025.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**Matheus Amaral Rocha**

**Engenheiro Civil**

**ANEXO I - PB**

**DECLARAÇÃO REFERENTE AO ARTIGO 63, CAPUT, INCISO IV, DA LEI DE LICITAÇÕES.**

Ao Agente de Contratação [completar com endereço]

**Ref. Processo nº. 7309/2025**

Prezado, [Empresa - nome, sede e CNPJ], doravante denominada Licitante, por meio do seu representante legal, [Representante - nome, profissão, domicílio, CPF/MF e RG], em cumprimento ao disposto no inciso IV do caput do artigo 63 da Lei federal 14.133/21, declara expressamente, sob as penas da Lei, que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

[Local e data]

[assinatura do representante legal]

**ANEXO II - PB**

**DECLARAÇÃO DE REALIZAÇÃO DE VISITA TÉCNICA**

**Ref. Processo nº. 7309/2025**

[denominação/razão social da sociedade empresarial] Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ n° . [endereço da sociedade empresarial]

Em atendimento à previsão legal contida no art. 67, VI da Lei Federal nº 14.133/2021,

[nome completo do representante legal da empresa], DECLARO que o(a) Sr(a). [nome completo do profissional indicado da empresa], profissional indicado por essa empresa, realizou visita para fins de vistoria técnica ao [local ou equipamento visitado], acompanhado do respectivo responsável, tendo tomado ciência de todas as condições locais para o cumprimento das obrigações inerentes ao objeto da contratação **Processo nº. 7309/2025**, as quais serão consideradas quando da elaboração da proposta que vier a ser apresentada.

Itaperuna-RJ, de de 2025.

Agente Público

(Nome, cargo, matrícula e lotação)

Profissional indicado pela Empresa (Nome, cargo e carimbo da empresa)

**ANEXO III - PB**

**DECLARAÇÃO DE NÃO REALIZAÇÃO DE VISITA TÉCNICA**

**Ref. Processo nº. 7309/2025**

OBJETO:

A empresa , inscrita no CNPJ sob o nº , declara que por deliberação única e exclusiva da declarante, a mesma não participou da visita técnica disponível no referido processo licitatório, sendo de sua total responsabilidade e conhecimento as condições de realização dos serviços, não recaindo em nenhuma hipótese qualquer responsabilidade sobre o Município ou argumento futuro quanto a não visitação antecipada.

Itaperuna-RJ, de de 2025.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

ASSINATURA E CARIMBO

(Nome)